



Agricultura Urbana Agroecológica e Promoção da Saúde: investigações de abrangência nacional e regional

Agroecological Urban Agriculture and Health Promotion: national and regional investigations

SOARES, Lorena¹; REIS, Douglas Rafael Lopes²; CUCOLICCHIO, Marília Escanhoela³; FREITAS, Karine⁴; MARQUES, Priscila⁵; ADIL, Daniela⁶; BIAZOTI, André⁷

¹VPAAPS/Fiocruz, lorenaportelasoaes@gmail.com; ²Projeto Saúde & AU/Fiocruz, douglaslopes.eafb@gmail.com; ³UNICAMP/Saúde Coletiva, macucolicchio@gmail.com; ⁴Projeto Saúde & AU/Fiocruz, karinefreitas@ufrj.br; ⁵Projeto Saúde & AU/Fiocruz, priscila.seoldo@gmail.com; ⁶AUÉ/UFMG, daniadil.aue@gmail.com; ⁷Aer/ANA, andrebiazoti@gmail.com

RESUMO EXPANDIDO TÉCNICO CIENTÍFICO

Eixo Temático: Agriculturas Urbanas

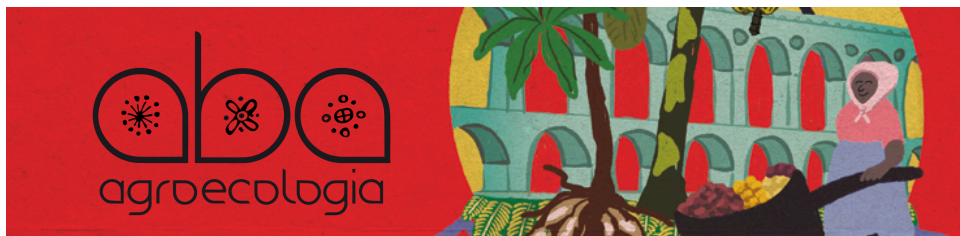
Resumo: A pesquisa-ação realizada objetivou fortalecer as redes e a construção do conhecimento sobre agricultura urbana (AU) agroecológica e saúde coletiva. Através da metodologia do *Rio do Tempo*, construiu uma cronologia nacional e em seis territórios metropolitanos. Analisou 13 mapeamentos que levantaram 2574 experiências de AU. Por meio de um olhar ligado às questões de raça, gênero, saúde e direito à cidade, identificou forte protagonismo das mulheres negras na construção da AU. Constatou profunda relação entre as agriculturas nas cidades e a promoção da saúde através do fortalecimento da SAN, do saneamento, do cuidado em saúde, por vezes conectadas ao SUS, além da sua contribuição como espaço de educação, de convívio e de produção do comum. Apesar de haver políticas públicas que incluem a AU, notou-se grande ausência de incentivo público às práticas, majoritariamente desenvolvidas e mantidas pela sociedade civil.

Palavras-chave: agroecologia; direito à cidade; saúde coletiva; gênero; raça.

Introdução

O projeto “Agricultura Urbana Agroecológica, Direito à Cidade e Promoção da Saúde” realizado pela Vice-Presidência de Ambiente, Atenção e Promoção da Saúde da Fundação Oswaldo Cruz, entre 2022 e 2023, em parceria com o Coletivo Nacional de Agricultura Urbana (CNAU) da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), desenvolveu uma pesquisa-ação sobre agricultura urbana (AU) nos níveis nacional e regional, com o objetivo de fortalecer a atuação em rede e a construção do conhecimento sobre as relações entre as agriculturas urbanas, a agroecologia e a saúde coletiva. Além da saúde, foram temas de interesse as dimensões de raça e gênero, o direito à cidade e a justiça social. Este resumo apresenta resultados das etapas de *pesquisa nacional* e de *aprofundamento regional* do projeto.

A etapa de pesquisa nacional teve como objetivo específico *organizar* uma memória nacional da agricultura urbana acumulada pelo CNAU. Já a etapa regional foi organizada em duas frentes: articulação territorial e análise de mapeamentos de agricultura urbana, com o objetivo de conhecer as expressões das AU em seis



territórios do país: os municípios de Florianópolis (SC) e São Paulo (SP), e as regiões metropolitanas de Belo Horizonte (MG), Recife (PE), Vitória (ES) e Rio de Janeiro (RJ), a partir de um olhar orientado pelos temas centrais do projeto. Especificamente, com as atividades de *articulação territorial* o objetivo foi sistematizar as histórias de construção da AU a partir das memórias das redes, grupos e lideranças de cada território. Pela *análise dos mapeamentos* sobre as agriculturas em áreas urbanas, o objetivo foi apoiar a consolidação de uma base de dados e informações para qualificar o debate nacional acerca das agriculturas urbanas, especialmente aquelas orientadas pela agroecologia, reforçando uma lógica de fomento às discussões a partir de pesquisas realizadas pelos próprios grupos e redes dos territórios.

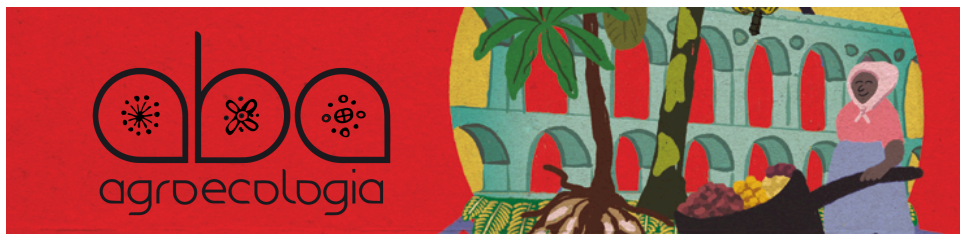
Representando uma importante etapa de levantamento e sistematização de informações, a pesquisa atualiza um panorama da AU no país, aprofunda suas conexões com a saúde e traz contribuições para a discussão a partir das dimensões de gênero e raça, do direito à cidade e da justiça ambiental.

Metodologia

Na etapa nacional foram percorridos três caminhos para contar uma história (entre as muitas versões possíveis) da trajetória da agricultura urbana no país: organização dos documentos em uma biblioteca; construção de um Rio do Tempo; e identificação de grupos de pesquisa sobre o tema. O acervo - abrangendo desde publicações científicas a documentos de apoio à elaboração de políticas públicas nacionais para a AU, ligadas à trajetória do CNAU/ANA - foi categorizado em um sistema de indexação e disponibilizado em uma biblioteca pública. As histórias e acontecimentos foram resgatadas pela metodologia do Rio do Tempo, envolvendo integrantes do CNAU; e foram identificados grupos de ensino, pesquisa e extensão de instituições do país que atuam com temas relacionados ao universo abrangente da AU.

Na etapa regional os seis territórios foram definidos devido à existência, em cada um, de pelo menos uma rede ligada à agricultura urbana agroecológica. Ainda que cada rede guarde sua especificidade em termos de composição, abrangência e atuação, ela oportuniza ações articuladas entre experiências, iniciativas, grupos de pesquisa e movimentos sociais.

A metodologia do Rio do Tempo inspirada na cartilha de metodologias da ABA-Agroecologia (2017) apoiou a reconstrução coletiva das memórias das redes e grupos no nível nacional e regional. Foram realizadas seis oficinas territoriais presenciais e uma oficina nacional virtual. Os marcos históricos foram qualificados em termos de *elemento do rio* (afluentes, cachoeiras, pedras, cheias, secas e nascentes) e dos *marcadores temáticos* “saúde”, “raça e gênero”, “direito à cidade e justiça ambiental”. Além disso, três eixos foram escolhidos para categorizar os marcos: 1) organização e participação da sociedade civil (incluindo os antecedentes do CNAU); 2) produção de conhecimentos; e 3) interação com políticas públicas. Tanto na etapa nacional como na regional os Rios do Tempo foram enriquecidos com pesquisa



posterior e revisados pelos participantes das redes que puderam compartilhar impressões e sugerir mudanças.

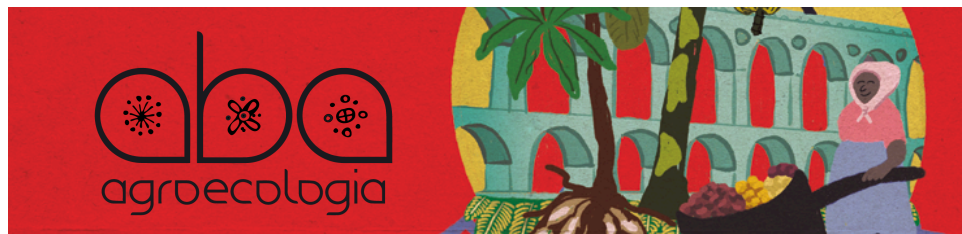
A metodologia de análise dos mapeamentos incluiu as etapas de levantamento de dados; análise qualitativa e quantitativa e atividades de devolutiva. As redes colaboraram fornecendo dados gerados em suas pesquisas autônomas, por vezes ainda não publicados ou em processo de análise. A partir do banco de dados de cada pesquisa foram selecionadas as categorias de interesse, organizadas em tabelas e gráficos. Buscou-se compreender quem são os sujeitos/redes/coletivos envolvidos com essas agriculturas nas grandes cidades, quais tipos de experiências são mais recorrentes, em quais localidades estão e quais tipos de territórios urbanos abrangem. Os momentos de diálogo e devolutiva nos territórios foram fundamentais na validação e discussão sobre os resultados produzidos.

Resultados e Discussão

Foram produzidos sete rios do tempo, detalhados no Quadro 1.

Quadro 1: Resultados da construção dos Rios do Tempo por território

Território/ abrangência	Redes participantes	Nº de grupos e redes de AU envolvidos	Número de marcos históricos
Nacional	Coletivo Nacional de Agricultura Urbana (CNAU)	20	58
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	Rede Carioca de Agricultura Urbana (Rede CAU), Rede Favela Sustentável (RFS), Rede Fitovida e Teia de Solidariedade da Zona Oeste	30	85
Região Metropolitana de Recife	Articulação de Agroecologia e Agricultura Urbana e Periurbana da Região Metropolitana de Recife (AAAUP-RMR).	25	56
Região Metropolitana de Belo Horizonte	Articulação Metropolitana de Agricultura Urbana (AMAU), Associação Horizontes Agroecológicos	40	70
Região Metropolitana da Grande Vitória	RUCA	28	64
São Paulo	Rede de Agricultoras Paulistanas Periféricas Agroecológicas (RAPPA)	12	41
Florianópolis	Rede Semear	10	61



A metodologia do Rio do Tempo possibilitou encontrar memórias que poderiam ser contadas somente por quem as viveu. O momento da oficina de construção do Rio do Tempo é também uma forma de celebração de trajetórias, de valorização dos seus protagonistas e reconhecimento da caminhada daquelas/es que estão engajadas/os em lutas sociais emancipatórias abrangendo, no total, 165 grupos atuantes em AU e gerando 435 marcos no Rio do Tempo nacional e nos territoriais.

Em relação aos mapeamentos, foram acessadas 13 pesquisas que levantaram um total de 2.574 experiências de agricultura urbana. Os principais mapeamentos são apresentados no Quadro 2.

Quadro 2: Relação dos mapeamentos analisados por território

Território	Mapeamento	Ano	Abrangência	Proponente
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	Iniciativas do Eixo Soberania Alimentar e Rede Favela Sustentável (RFS)	2021	Região Metropolitana do Rio de Janeiro	Comunidades Catalisadoras (ComCat) em parceria com a Pomona College dos EUA e apoio da Fundação Heinrich Böll Brasil.
Região Metropolitana de Recife	Mapeamento de Agroecologia Urbana, Periurbana e Rural RMR	2021	Região Metropolitana de Recife	Articulação de Agroecologia e Agricultura Urbana da RMR
Região Metropolitana de Belo Horizonte	Sistematização das Iniciativas de Caracterização e Mapeamento RMBH	2014-2022	Região Metropolitana de Belo Horizonte	Grupo de Estudos em Agricultura Urbana AUÊ!UFMG
Espírito Santo	Mapeamento Colaborativo da Agroecologia Urbana no ES	2021-aberto	Estadual	Rede Urbana Capixaba de Agroecologia (RUCA)
São Paulo	Sampa+Rural	2020	Municipal	Sec. Municipal de Desenvolvimento Urbano de São Paulo
Florianópolis	Mapeamento do Observatório de Inovação Social de Florianópolis	2017-aberto	Municipal	Observatório de Inovação Social de Florianópolis

Os resultados ligados aos temas centrais do projeto são apresentados a seguir.

Afirma-se o potencial da AU na promoção da saúde pela contribuição para a SAN pela produção local de alimentos sem veneno; pela contribuição para a saúde mental e pelas práticas de cuidado em saúde associadas aos espaços de plantio, em especial as ligadas às plantas medicinais; pela parceria de algumas iniciativas com o



SUS na atenção primária à saúde e pela presença histórica das farmácias vivas nas unidades básicas e nos centros de atenção psicossocial, por vezes já incorporadas como política pública municipal. Ainda, se destaca a contribuição da AU na restauração de ambientes e valorização dos territórios, oferecendo espaços de lazer e encontro, sua função pedagógica. Ainda, seu apoio ao saneamento, especialmente na gestão de resíduos sólidos via compostagem.

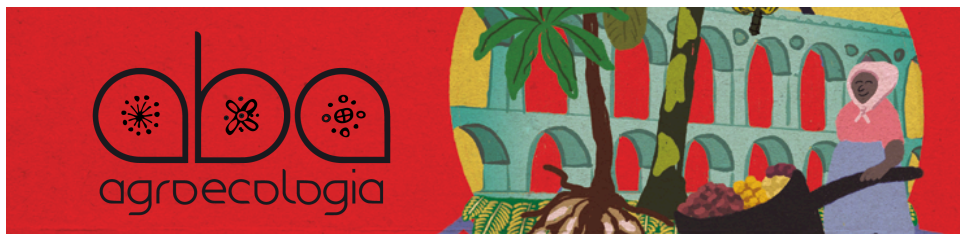
Em relação às dimensões de raça e gênero, afirma-se que a agricultura urbana tem como protagonistas as mulheres, sobretudo as mulheres negras. Juntas, as mulheres foram maioria nas oficinas do projeto (208 participantes, 81% do total). Apesar disso, as mulheres ainda são invisibilizadas nos processos que envolvem a AU, principalmente aqueles relacionados à incidência e proposição de políticas. Nesse contexto, a AU se transforma em uma importante ferramenta de auto-organização política das mulheres, assim como para as populações originárias, quilombolas, periféricas e de terreiros de matriz africana, pelo seu potencial de (re)construir identidades e laços comunitários e de retomar conhecimentos tradicionais/ancestrais ligados ao plantio, ao cuidado e ao alimento, além de contribuir na conquista de autoestima e autonomia financeira das mulheres, provocando o rompimento de relações abusivas.

O exercício do direito à cidade e a luta por justiça ambiental fazem parte do trabalho dos grupos e redes de AU engajados na transformação de espaços mais inclusivos e no exercício da função social da terra. A cidade, enquanto construção coletiva, é transformada pelos sujeitos (ALMEIDA e BIAZOTTI, 2017) que, por meio da agricultura, pautam a moradia digna, o saneamento básico e o enfrentamento aos conflitos territoriais e ao racismo ambiental. Os resultados também apontam para dificuldades ligadas ao acesso a políticas de fomento à agricultura e o acesso a mercados para escoamento da produção, à insegurança jurídica sobre a propriedade da terra, a deficiência no acesso a direitos básicos como saneamento e transporte e aos serviços de saúde.

Muitas atividades são mantidas pela existência dessa rede de apoio envolvendo comunitários, ONGs, universidades, sobretudo no contexto de desmonte de políticas públicas. Para Oliveira (2000), a construção compartilhada do conhecimento é consequência do fortalecimento de uma rede social de apoio que, na medida que articula e fornece suporte para a ação dos sujeitos, estes se sentem mais seguros para arriscar e para contar sua própria história. É esse processo de construção de vínculos observado em curso nas redes territoriais que, especificamente no contexto da pandemia no qual o projeto aconteceu, atravessaram momentos de aproximação, mas também de desmobilização.

Conclusões

Olhar as agriculturas que se reinventam nas cidades é uma tarefa fundamental da agroecologia, em um país em crescente metropolização, no qual a AU ainda é invisibilizada e marginalizada, especialmente as iniciativas de AU que resistem em



contextos periféricos e vulnerabilizados, marcados pelo racismo ambiental. O projeto convocou novas maneiras de formular pesquisas orientadas pela educação popular, pelo engajamento antirracista e feminista. Limites no desenho da proposta foram identificados. A construção compartilhada do conhecimento segue como horizonte permanente na elaboração de propostas de pesquisa junto aos sujeitos e redes de AU. Ainda assim, considera-se que por meio de metodologias participativas e dialógicas, como o Rio do Tempo, a construção das devolutivas e momentos de interação, foi possível reconhecer experiências, envolver agentes históricos e gerar resultados que fomentam a atuação de grupos de AU e futuros processos de pesquisa. Os resultados nos contam sobre as potencialidades e desafios persistentes para o fortalecimento da agricultura urbana a partir das redes, no nível nacional e regional.

Referências bibliográficas

ABA-AGROECOLOGIA. **Caderno de Metodologias - inspirações e experimentações na construção do conhecimento agroecológico**. 1. ed. Viçosa: ABA-agroecologia, 2017.

ALMEIDA, D. A. O.; BIAZOTI, A. R. **Agriculturas urbanas: agroecologia para a cidade, na cidade e da cidade!**. Cadernos de Agroecologia – ISSN 2236-7934 – Anais do VI CLAA, X CBA e V SEMDF – Vol. 13, N° 1, Jul. 2018.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo, 2021.

LUGONES, Maria. Colonialidade e gênero IN: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. **Pensamento feminista hoje: Perspectivas decoloniais**, Rio de Janeiro, Bazar do Tempo, 2020. Estudos Feministas, Florianópolis, 22(3), 320, setembro-dezembro, 2014. pp.935-952. 17p.

OLIVEIRA, R. **A Produção do Conhecimento em Saúde na Escala Local: repensando a relação entre a investigação científica e a experiência dos grupos populares**. Ensp, PPG em Saúde Pública [Tese]. Rio de Janeiro, 2000.